

ELIANA ALBUQUERQUE
NORMA MEIRELES
(ORGS)

RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS
experiências e perspectivas

EDITORA DO CCTA
JOÃO PESSOA
2019

MAPEAMENTO DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DE RÁDIOS VINCULADAS A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

Ana Carolina Temer¹
Carlos Eduardo Esch²
Edgard Rebouças³
Maria Ataíde Malcher⁴
Nair Prata⁵
Nelia R. Del Bianco⁶
Suzana Cunha Lopes⁷
Valci Zuculoto⁸

-
- 1 Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, com estágio de Pós-Doutorado na UFRJ. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFG. Autora dos livros Para Entender as Teorias da Comunicação e a Televisão em busca da Interatividade. E-mail: anacarolina.temer@gmail.com.
 - 2 Doutor em Sociologia e Ciências da Comunicação pela Universidade Complutense de Madri/Espanha, com estágio de Pós-Doutorado na Universidade do Minho/Braga, Portugal. É Professor Associado da Faculdade de Comunicação da UnB. E-mail: caduesch@hotmail.com.
 - 3 Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, com estágio de pesquisa na Université du Québec à Montréal (2003). É professor associado da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), coordenador Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades. Foi coordenador-geral de Mídias e Conteúdos Digitais no Ministério da Educação.
 - 4 Doutora em Ciências da Comunicação pela USP. Professora Associada da Universidade Federal do Pará (UFPA). Representante da área de Ciências Humanas e Sociais no Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: ataidemalcher@uol.com.br
 - 5 Doutora em Linguística Aplicada pela UFMG, com estágio de pós-doutorado na Universidade de Navarra (Espanha). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro preto (UFOP). Diretora Científica da Intercom e vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. E-mail: nairprata@uol.com.br
 - 6 Doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio de pós-doutorado na Universidade de Sevilha. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Goiás (UFG). É vice-presidente da Socicom. E-mail: nbianco@uol.com.br
 - 7 Doutora em Comunicação Social pela UFMG. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior da Universidade Federal do Pará (PPGCIMES-UFPA). E-mail: suzanaclopes@yahoo.com.br.
 - 8 Doutora em Comunicação (PUCRS) com estágio de Pós-Doutorado na ECO-UFRJ. Professora do Curso de graduação e Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora da rede de pesquisa em radiojornalismo RadioJor e da Rádio Ponto UFSC, integra coordenação da RUBRA. E-mail: valzuculoto@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Em um cenário de crise e muitas incertezas em relação aos destinos econômico, social e político do Brasil, é papel das Universidades e dos pesquisadores avaliar os diferentes contextos em transformação, seus antecedentes, as oportunidades geradas e os resultados alcançados ou não. Após um pouco mais de uma década de investimentos na estruturação de políticas para fomentar a Comunicação Pública, vimos ser extinto, em 2016, o Ministério das Comunicações (passando esta pasta a ser associada à Ciência, Tecnologia e Inovação). Igualmente em 2016, a Medida Provisória 744 acabou com o caráter de empresa de comunicação pública da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), a partir da extinção do seu Conselho Curador, tirando-lhe a autonomia em relação ao Governo Federal. A Empresa havia sido criada em 2007 com o objetivo de instituir e fortalecer um Sistema Público de Comunicação no país.

Diante desse cenário, mais do que nunca é urgente evidenciar as pesquisas realizadas, sobretudo às que visam dar subsídios a políticas públicas nesse setor. Este artigo apresenta os resultados de um projeto de pesquisa, realizado em 2014, pela Coordenação-Geral de Mídias e Conteúdos Digitais do Ministério da Educação, subordinada a Secretaria Básica de Educação . Intitulada “Avaliação de estruturas de rádio e televisão nas instituições federais de ensino superior para produção e difusão de conteúdos educacionais”, a pesquisa buscou levantar informações quantitativas e qualitativas acerca da presença e atuação de emissoras de rádio e TV nas Instituições Públicas de Ensino Superior.

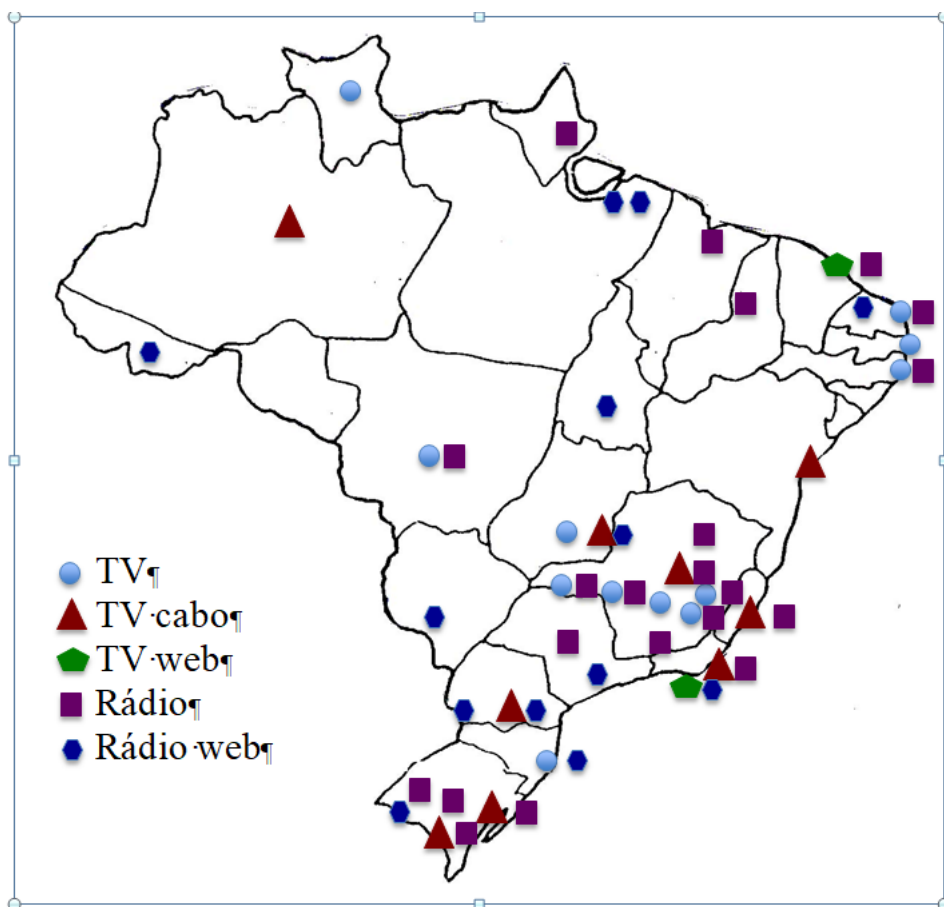
O projeto mobilizou pesquisadores de várias regiões do país no intuito de gerar um diagnóstico, ainda que inicial, da situação das rádios e TVs nas Universidades, Centros e Institutos de Ensino Superior. Mesmo com as dificuldades encontradas para obtenção das informações, o estudo possibilitou a construção de um mapeamento inédito das condições de funcionamento dessas emissoras.

Apesar de os dados terem sido coletados em 2014, o diagnóstico realizado mostra a tendência a uma ampliação da rede dessas emissoras públicas, cenário este que hoje está ameaçado não apenas pelas dificuldades já encontradas naquele período para novas instalações e manutenções, mas sobretudo pelas atuais políticas governamentais de descontinuidade dos investimentos e desmonte das estruturas públicas construídas e conquistadas pela sociedade civil. Conhecer e comunicar essas realidades é uma forma de subsidiar a defesa à Comunicação Pública e resistir a retrocessos.

CONTEXTO DA PESQUISA

O projeto “Avaliação de emissoras de rádio e televisão nas instituições federais de ensino superior para produção e difusão de conteúdos educacionais” surgiu a partir de um levantamento preliminar (Figura 1) ao identificar que, das 102 instituições federais de ensino vinculadas ao MEC (IFES, IFE, CEFET), 41 contavam com algum tipo de mídia eletrônica ou digital - TV em VHF/UHF, TV a cabo, TV web, rádio AM/FM ou webrádio.

Figura 1: Mapa da mídia em instituições públicas de ensino superior (2014)



Fonte: Coordenação de Mídias e Conteúdos Digitais no Ministério da Educação.

Em uma análise prévia observou-se que, em relação à gestão, havia casos de vínculo direto com a assessoria de comunicação da reitoria, pró-reitorias de extensão, cursos de Comunicação e fundações; que os conteúdos das rádios eram majoritariamente de programas musicais, com parte da programação destinada a debates e serviços organizados por professores ou estudantes estagiários ou voluntários; e que o conjunto de emissoras de rádios e TVs universitárias não chegava a constituir-se como um sistema educativo. Havia dificuldades em termos

de gestão, financiamento e produção de conteúdos, além do evidente baixo uso de plataformas multimidiáticas.

O MEC identificou a necessidade de avaliar melhor a estrutura existente para que pudesse desenvolver ações de fortalecimento das emissoras, colocando-as como necessárias dentro da nova configuração de sistema público que estava sendo construído à época desde a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A lei n.11.652/2008 não apenas criou a EBC, como também foi muito clara ao instituir os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, o que inclui as emissoras de vinculadas às Universidades e Institutos Federais.

Entendia o MEC que, conhecendo melhor suas necessidades, seria possível uma ação no sentido de resgatar os objetivos públicos e educativos dessas emissoras na prestação de serviço à sociedade. Como lugar privilegiado de sistematização do conhecimento tem plenas condições de colaborar com a sociedade, a Universidade pode oferecer alternativas de acesso aos saberes por meio da mídia audiovisual.

Entre os desafios vislumbrados no momento da construção do projeto de avaliação estavam:

a) estabelecer um perfil de programas e programação que as diferencie das demais emissoras, fazendo com que sejam um dos principais elos de ligação entre a universidade e a sociedade;

b) ampliar o leque de parceiros para a manutenção de suas estruturas e investimentos para futuras melhorias, sem, no entanto eximir a universidade de seu papel de mantenedora;

c) inserir as emissoras no ecossistema das novas mutações tecnológicas, principalmente com as potencialidades da digitalização da produção, distribuição, captação de programas, interatividade e veiculação em multiplataformas;

d) estruturar a programação em torno de um tripé pautado em programas institucionais, experimentais e independentes;

e) seguir um modelo de gestão pautado no interesse público, compartilhando suas ações e estratégias entre um Conselho Gestor, uma Diretoria Executiva e um Conselho Curador.

Considerando estes pressupostos, a Coordenação-Geral de Mídia e Conteúdos Digitais encomendou a análise das condições estruturais, tecnológicas e de geração de conteúdos das rádio e TVs universitárias, fossem para fins de formação de futuras parcerias ou mesmo para a implementação de uma política mais abrangente de formação de uma rede. Tendo em vista a logística de cobertura de todo o território nacional, as 102 instituições federais de ensino foram divididas geograficamente pelas cinco regiões do país.

Ao longo do período de realização do levantamento, o então Ministério das Comunicações⁹ estava analisando a permissão de outorga de rádios em FM a mais oito institutos federais, além da homologação do processo de permissão de FMs a outros dois institutos e duas universidades federais, a ainda de dois canais de TV para universidades (MINISTÉRIO, 2015a). Tais emissoras não estão contempladas neste estudo. O antigo Ministério também lançou, em setembro de 2015, uma portaria sobre os procedimentos de permissão e concessão de rádios em FM com finalidade educativa, e, no artigo 17, explicitou a prioridade a universidades e institutos federais de ensino nos casos de empate nas propostas classificadas no Plano Nacional de Outorgas (MINISTÉRIO, 2015b). No final daquele ano foi lançado o edital de radiodifusão educativa contando com 345 ofertas de emissoras em FM e 30 canais de televisão.

Dezenas de universidades e institutos federais apresentaram propostas e se habilitaram para as permissões dos canais, no entanto, com as mudanças ocorridas no Ministério das Comunicações, após o afastamento de Dilma Housseff, em maio de 2016, todas as tramitações foram suspensas. Diante dos cortes orçamentários também sofridos pelas instituições federais de ensino, muitos dos projetos de

⁹ Atualmente reduzido à Secretaria de Radiodifusão, dentro da estrutura do *Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações*.

implementação de emissoras de rádios e TVs também foram deixados em segundo plano.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa realizada em 2014 abrangeu 102 instituições federais de ensino superior, sendo 39 delas Centros de Ensino e Institutos Federais de Educação e 63 Universidades. As instituições foram distribuídas entre os dez pesquisadores¹⁰ escolhidos a partir de critérios estabelecidos pela Coordenação-Geral de Mídias e Conteúdos Digitais: a) possuir doutorado em Comunicação ou áreas afins; b) experiência em rádio e/ou TV universitária; c) ter realizado pesquisas científicas em âmbito nacional; d) possuir vínculo com uma instituição federal de ensino superior.

Estabeleceu-se como metodologia para coleta de dados a realização de visitas técnicas e/ou entrevistas com dirigentes de emissoras, assessores de comunicação e chefes de Departamentos de Comunicação. Durante o contato com a instituição, os pesquisadores coletaram documentos como regulamentos, planos de trabalho, atas de reuniões de conselhos, pedidos de outorga de concessão entre outros. O site da instituição também foi utilizado como fonte de informação para identificar, inicialmente, aquelas que tinham emissoras em operação.

A coleta de informações foi padronizada em oito dimensões de análise: a) identificação da instituição e suas emissoras; b) modo de gestão e financiamento das emissoras; c) estrutura física e tecnológica; d) estrutura de pessoal; e) conteúdo da programação; f) recursos multimídia; g) instalações e acessibilidade; e h) missão como radiodifusão pública.

Os pesquisadores fizeram ainda uma contextualização socioeconômica da cidade/região identificando onde está situada a IFES, IFE ou CEFET a partir de dados sobre a população, PIB, IDH, renda per capita, principal atividade econômica

10 Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (UFG); Ana Maria da Conceição Veloso (UFPE); Carlos Eduardo Esch (UnB); João Batista de Abreu Júnior (UFF); José Edgard Rebouças (UFES); Maria Ataíde Melcher (UFPA); Nair Prata Moreira Martins (UFOP); Nélia Rodrigues Del Bianco (UnB); Valci Regina Mousquer Zuculoto (UFSC); Vanessa Maia Barbosa de Paiva (UFSJR).

da localidade, número de emissoras de rádio e TV instaladas em operação e canais educativos disponíveis em plano nacional de outorgas.

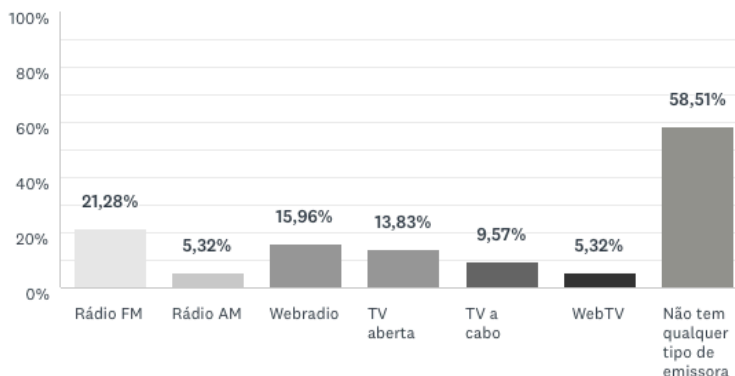
Os dados coletados foram inseridos pelos próprios pesquisadores numa plataforma online proprietária (*Survey Monkey*).

Uma das dificuldades encontradas a partir dessa metodologia foi a obtenção de informações junto às instituições, dentro do período da pesquisa. Em alguns casos, não foi possível ter acesso a informações seguras sobre a existência e formas de funcionamento de emissoras, pela falta de retorno dos contatos realizados.

A maioria das entrevistas para a coleta das informações foi feita, sobretudo, com as direções das emissoras e/ou com os gestores responsáveis. E não se limitou apenas à aplicação do questionário para posterior inserção no *SurveyMonkey*. Em boa parte delas, foi necessário ir além das questões ou buscar aprofundá-las, repetindo os contatos e/ou as visitas. Embora os pesquisadores portassem uma carta de apresentação, informando os objetivos gerais da pesquisa e assinada pelo próprio MEC, em algumas emissoras o acesso aos dados e, de início, até mesmo o contato, por vezes foi difícil, denotando que as estações não se sentem parte de um sistema midiático. Ao mesmo tempo, também houve, em algumas entrevistas e contatos, dirigentes e gestores buscando sanar dúvidas e orientações, com reclamações de lacunas de assessoria por parte do MEC e do Ministério das Comunicações, expressando, assim mais fortemente, a demanda por uma política geral e integradora para o sistema midiático das instituições federais.

O levantamento revelou que 61 instituições de ensino de âmbito federal (58%) não possuíam qualquer tipo de emissora. Em 42% delas, a presença do rádio era predominante: 19 tinham rádio FM em operação; 5 operavam uma rádio AM e 15 criaram webrádios.

Gráfico 1 – Instituições com emissoras em operação



Fonte: Dados da pesquisa

Entre os principais motivos para não terem uma outorga ou canal na internet estavam a carência de recursos (16%), falta de interesse (5%) ou a instituição encontrava-se em fase de planejamento para obter uma concessão (20%). No momento da pesquisa, 10% das instituições estavam em fase de instalação de uma frequência de rádio obtida recentemente.

Para este artigo foram analisados os dados referentes a 19 rádios FM, 4 na frequência AM e 10 webrádios vinculadas a instituições que se dispuseram a oferecer informações detalhadas (Tabela 1).

Tabela 1 – Emissoras de rádio avaliadas

Estado	IES e IFET	Rádio AM	Rádio FM	Rádio Web
AC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)			Rádio Web UFAC
AP	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)		Rádio Universitária FM	
CE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)		Rádio Universitária FM	

Mapeamento das condições de funcionamento de rádios vinculadas a instituições públicas de ensino superior

DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)			Rádio Bam-baré
ES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)		Rádio Universitária	
GO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	Rádio Universitária		
MA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)		FM Universidade	
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)		Rádio FA-COM	
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)		UFMG Educativa	
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)		Rádio UFOP Educativa	
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)		Rádio Universitária FM	
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)		Fundação Rádio Educativa Uberaba	
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)		Rádio Universitária	
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)		Rádio FM Universitária	
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)		Rádio Universitária FM	
PA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)			Rádio Web UFPA
PB	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB)			Rádio IFPB
PE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	Rádio AM do Recife	Rádio Universitária FM	

PI	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)		Rádio FM Universitária	
PR	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)			We-brádio UNILA: Integração via Ondas Sonoras
PR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)		Rádio Universitária	
RJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)			Audioativo
RJ	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)			Nas ondas do IACS
RN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)		Universitária FM	
RR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)		Rádio Universitária FM 95,9	
RS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)		Rádio Universidade do Rio Grande - FURG FM	
RS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	Rádio da Universidade		
RS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	Rádio Universidade		
SP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)		Rádio UFS-CAR	

Mapeamento das condições de funcionamento de rádios vinculadas a instituições públicas de ensino superior

SP	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP)			Rádio Federal Educativa
SC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)			Rádio Ponto
SC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC) Campus Araranguá			Ara-Ponto

Fonte: dados da pesquisa realizada pelos autores.

Interessante destacar a distribuição geográfica das rádios mapeadas. Apesar de não ter sido possível obter informações de algumas instituições, o levantamento feito evidencia a concentração de emissoras em instituições do Sudeste (42%), seguidas pelas instituições do Sul (19%) e do Nordeste (19%), em muito decorrente da própria configuração histórica do Ensino Superior Público no país. Nas regiões Norte (13%) e Centro Oeste (6%), nas quais os investimentos na Educação Superior são mais recentes, encontramos um menor percentual tanto de instituições quanto, conseqüentemente de emissoras universitárias de rádio.

PERFIL, GESTÃO E FINANCIAMENTO

As emissoras FM analisadas foram criadas, na sua maioria, na década de 80, muitas delas impulsionadas pela consolidação do sistema de FM no país naquela época. Enquanto as AMs estão em funcionamento desde a década de 60, as webrádios são um fenômeno dos anos 2000 graças ao avanço das tecnologias de compressão de som e desenvolvimento de serviços de *streaming*.

Do ponto de vista gerencial, 45% rádios FM e AM pesquisadas estão sob a direção de um professor e 45% sob a gestão de um servidor, a grande maioria indicados pela reitoria. Em 95% dos casos não há eleição para escolha do dirigente, embora duas emissoras AM tenham relatado processos de eleição para seleção de diretor.

Entre as FMs, 52,63% estão vinculadas à administração central da Universidade/Instituto/Centro e 36,84% a uma fundação de direito privado. Na frequência AM, 73% estão subordinadas à reitoria. Enquanto 55% das webrádios estão a cargo de um professor e vinculadas a um curso de Comunicação da instituição.

Embora haja vínculo direto com a administração central e o diretor seja indicado pelo reitor, em 68% das emissoras AM e FM a gestão é pautada pelo modelo colegiado com tomada de decisões discutidas com o grupo de funcionários. Somente em 15% delas a tomada de decisões se dá de forma centralizada, a partir da figura do dirigente. Com o propósito de democratizar a gestão das emissoras algumas iniciativas tem sido adotadas: a totalidade realiza reuniões periódicas entre direção e corpo de funcionários para troca de informações e sugestões; em 36% delas há um Conselho Consultivo ou Administrativo com participação de representantes da sociedade para avaliar a programação; e 31% delas realizam formas de consultas amplas para aferir a opinião e propostas da sociedade seja por meio de seminários e pesquisas.

Contrariando o senso comum quanto à dificuldade de gestão diante da subordinação à administração central, 63% dos diretores de rádios FM disseram que a estrutura jurídica-administrativa da emissora é parcialmente ágil e dinâmica quanto à tomada de decisões e implementação de processos e projetos. O mesmo não pensam os dirigentes de rádios AM: 75% avaliaram que a administração é burocrática e lenta.

As queixas, em parte, se devem ao modelo de financiamento baseado, predominantemente, em recursos públicos orçamentários da instituição de ensino que demandam processos lentos e burocráticos para serem aplicados (Tabela 2). Situação que se contrapõe a agilidade necessária para manter uma emissora no ar diariamente por 24 horas (tabela 2).

Mapeamento das condições de funcionamento de rádios vinculadas a instituições públicas de ensino superior

Tabela 2 - Fonte de recursos das emissoras AM e FM

Fontes de Recursos	FM	AM
Recursos públicos orçamentários da universidade/instituto	73%	100%
Fundo de projetos de extensão	26%	00
Orçamento da fundação ou organização gestora gfedc	36%	00
Apoio cultural	36%	25%
Parceria iniciativa privada	10%	00
Fundos públicos de fomento para o financiamento da produção degfc	00	00
Patrocínio institucional de órgãos públicos	15%	50%
Convênio com instituições públicas para execução de serviço	5%	00
Receitas próprias com a venda de patrocínio, apoios culturais e licenciamento de marcas para investimentos em marketing	5%	00

Fonte: dados da pesquisa realizada pelos autores.

A aplicação do orçamento mostra o baixo investimento na produção de conteúdo: 58% das emissoras AM e FM empregam de 80 a 90% dos recursos no pagamento da folha de pessoal; 80% delas investem em torno de 10% do orçamento na compra e manutenção de equipamentos e material de consumo; menos de 10% dos recursos são destinados à área de informática ou na aquisição de material para produção de conteúdo. Para metade dos gestores, a verba disponível é insuficiente, o que o impede a emissora contratar mais funcionários, técnicos, serviços especializados, adquirir equipamentos, melhorar a infraestrutura ou investir na produção de conteúdo.

Com a webrádio, o cenário de contingenciamento de recursos se mantém. Elas são sustentadas, majoritariamente, com recursos da orçamentários da instituição e de projetos de extensão. A totalidade dos recursos é aplicado na manutenção do sistema de streaming e com pagamento da folha de pessoal. Na avaliação de 75% dos coordenadores dessas rádios, o investimento na manutenção das emissoras é insuficiente, o que dificulta a melhoria de infraestrutura, aquisição de equipamentos ou investimento em serviço de informática.

PESSOAL, ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

De modo geral, as rádio universitárias funcionam com um quadro de pessoal restrito e parte delas depende muito da participação de alunos bolsistas para produzir conteúdo. Em média, uma rádio FM universitária possui um quadro com 8 funcionários efetivos, de 6 a 8 prestadores de serviço, cerca de 10 estagiários e de 2 a 3 professores atuando na supervisão desses alunos. No AM, por serem mais antigas, em mais da metade delas há, em média, 12 profissionais que pertencem ao quadro permanente de funcionários. Metade delas chega a ter 15 estagiários.

Por ter uma estrutura mais aberta com parte da programação em sistema de autoDJ (automação), as webrádios têm, em média, 2 funcionários do quadro, 3 prestadores de serviço e, em média, 12 bolsistas.

Independentemente do número de funcionários e do tipo de vínculo, os três tipos de rádios distribuem 40% do seu pessoal na produção de conteúdo, 20% na área de locução e 15% em operação de áudio.

Mesmo com forte contingenciamento de recursos, 58% das emissoras FM digitalizaram estúdios de produção, sendo que 32% conseguiram que apenas parte dos equipamentos do estúdio de transmissão fossem digitais. Ainda persiste um residual de 10% de rádios operando somente com estúdios analógicos.

Um dado preocupante é a questão do sistema de transmissão que envolve torres e transmissores. Ainda há 22% de emissoras FM com transmissor valvulado, o que resulta em qualidade de som inferior e dificuldades operacionais especialmente na troca de peças de reposição. Parte delas, 66%, tinham a meta de trocar o transmissor em cinco anos motivadas pela necessidade de adaptação às exigências da crescente convergência digital. Outro motivo é a idade avançada dos equipamentos que já não apresentam bom desempenho e dificuldades de manutenção. A situação se agrava ainda mais a considerar que em 43% das emissoras não há manutenção regular de equipamentos; em apenas 21% das rádios se faz uma revisão semestral prestada, na maior parte dos casos, por empresas privadas.

Em relação as AMs, o quadro não é diferente das rádios FM's universitárias. Metade das analisadas quer trocar o transmissor pelos mesmos motivos. Outro fator de defasagem é o nível de digitalização que atinge apenas a metade dos equipamentos disponíveis nos estúdios de produção e transmissão.

As webrádios transmitem pela internet utilizando um sistema misto: metade do tempo com programação ao vivo e outra parte pelo sistema de automação. O sistema de *streaming* da emissora é software livre, sem custos, na sua maioria (50%); apenas em 25% dos casos o software de transmissão foi desenvolvido pela própria universidade. A estrutura costuma ser modesta. A maioria tem um estúdio de produção, outro utilizado na transmissão e uma sala de redação com até 5 computadores. Em 70% delas, os equipamentos de gravação são digitais, mas em 69% dos casos não recebem manutenção regular.

Quanto à estrutura física das rádios, 77% FM's e 75% das AM's possuem sede própria construída pela instituição. Uma parte delas está instalada de forma parcialmente adequada para a realização de suas atividades (Tabela 3). Há casos em que o espaço disponível é pequeno ou o prédio precisa de reforma, pintura e ampliação. Em 44% das FM's e a totalidade das AM's analisadas não tem estrutura que permite a acessibilidade para pessoas com necessidades especiais.

No caso das webrádios, em decorrência de sua vinculação a cursos de Comunicação, a sede da emissora está localizada, majoritariamente, em laboratórios de ensino em condições nem sempre adequadas ao seu funcionamento.

Tabela 3 - Condições de funcionamento da sede das emissoras

Condições	FM	AM	Webrádio
Adequadas para seu funcionamento dispo- ndo de todas as atividades	44%	50%	8,3%
Parcialmente adequadas para seu funciona- mento dis- pondo de apenas uma parte dos ambientes necessários à realização de todas as atividades	38%	25%	59%

Inadequadas tanto de ponto de vista da falta de espaços para as atividades como também pela falta de manutenção do local.	16%	25%	34%
---	-----	-----	-----

Fonte: dados da pesquisa realizada pelos autores.

PROGRAMAÇÃO

Observou-se um equilíbrio entre funcionários, terceirizados, estagiários e alunos bolsistas envolvidos na produção de conteúdo para as emissoras universitárias, não havendo predominância de um segmento em detrimento a outro. O foco dessas é a produção diária de conteúdo inédito: 55% das FM e AM produzem de 10 a 20 horas de programação própria. Metade retransmite, em média, de 3 a 4 horas de programas produzidos por congêneres, estaduais educativas, rádio Nacional ou por organizações do terceiro setor.

Na visão das distintas direções entrevistadas, as rádios analisadas caracterizam-se pela programação musical, educativa e cultural, sendo que a parte informativa e jornalística recebe pouco investimento de produção no FM e maior atenção do AM. O baixo investimento em jornalismo é reflexo da reduzida estrutura de pessoal que não permite manter, com frequência, repórteres na rua fazendo cobertura no local dos acontecimentos e, nem mesmo, favorece a realização de coberturas intensivas com transmissão ao vivo. Predomina o tipo de redação jornalística que utiliza fontes de segunda mão, ou seja, com notícias de agências e jornais online. O conteúdo de atualidade é obtido, na maioria dos casos, por meio de entrevistas por telefone.

Tabela 4 - Como as emissoras definem a composição da programação

Estilo de programação	FM	AM	Webrádios
Musical	36%	40%	45%
Informativa	5,2%	30%	18%
Cultural	15,7%	30%	18%
Educativa	15,7%	25%	9%

Fonte: dados da pesquisa realizada pelos autores.

A composição de estilos de suas programações, de acordo com a tabela 4, expressa justamente a trajetória histórica e imbricada da constituição, ainda inconclusa, dos sistemas público e estatal no país (ZUCULOTO, 2012). Prossegue a predominância de programação musical, estilo que tem caracterizado historicamente as rádios universitárias e outras de canais educativos. Isto, sobretudo, desde o início do chamado segmento educativo, que já conta com mais de 80 anos, se considerarmos como pioneira a Rádio MEC do Rio de Janeiro, instituída em 1936 quando Roquette-Pinto doou a sua Rádio Sociedade ao então Ministério da Educação e Saúde (MES) para que não se transformasse em emissora comercial. As estações pioneiras deixaram como legado a segmentação exclusiva ou ao menos preponderante na música erudita e clássica, então como sinônimo de programação educativa, como é o caso da Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a primeira rádio universitária brasileira, AM fundada em 1957. E justamente por se proclamarem públicas, com missão de disseminar educação e conhecimento, em especial o produzido nas suas instituições, é que a pesquisa observou, na sequência, o predomínio de programas culturais e educativos. Embora o informativo também se constitua em gênero necessário à difusão educativa, compreendeu-se, neste estudo, que sua produção baixa, comparativamente, resulta mais em consequência da falta de investimento e estrutura para a prática do que propriamente pelo não reconhecimento de sua importância.

Tabela 5 - Gêneros de programas Jornalismo/informativo veiculados nas emissoras

Gêneros	FM	AM	Webradio
Entrevista	79%	100%	84%
Boletim informativo	89%	100%	84%
Radiojornal	73%	100%	61%
Documentário	42%	68%	46%
Mesa-redonda	47%	100%	61%
Reportagens especiais	68%	33%	76%
Prestação de serviço	68%	0%	69%
Debate	47%	33%	53%
Universitário (institucional)	73%	66%	53%

Fonte: dados da pesquisa realizada pelos autores.

Este entendimento tornou-se mais perceptível ao se sistematizar na Tabela 5. Sobressai o uso da entrevista na produção jornalística porque esta prática exige menos recursos de pessoal e infraestrutura bem como tempo, por exemplo, podendo ser feita a partir do estúdio, por telefone, gravada ou ao vivo, e com maior rapidez, explorando-se ao máximo as características do rádio de imediatismo e instantaneidade. Recorrendo-se a estas possibilidades e recursos aliados ao uso de apuração por meio de fontes de segunda mão, a programação informativa das emissoras pesquisadas consegue manter os mais tradicionais tipos de programas jornalísticos, como boletins e radiojornais. Mesmo diante de dificuldades para a produção, outros gêneros/formatos tradicionais como as reportagens e os documentários tem presença nas grades das estações, embora em proporção bem menor.

Da mesma forma, pode-se observar na Tabela 6 que mesmo classificados pelas rádios como produções voltadas ao entretenimento, gêneros/formatos como o documentário, cultural, entrevista e até o musical podem e devem, especialmente no caso destas estações, dar conta de informar, educar e disseminar conhecimento. Outro destaque nesta Tabela 6 vai para o gênero esportivo, aparecendo como entretenimento e em maior porcentagem no FM e no webradio, mas que historicamente vem consolidando-se e inclusive se ampliando em emissoras dedicadas ao radiojornalismo, sobretudo no AM.

Tabela 6 - Gêneros de programas de Entretenimento veiculados nas emissoras

Gêneros	FM	AM	Webradio
Musical	95%	66%	93%
Variedades	47%	33%	53%
Cultural	89%	33%	84%
Documentário	26%	33%	23%
Esportivo	47%	20%	30%
Auditório	10%	00%	15%
Infantil	27%	00%	23%
Interativo	21%	00%	15%
Programa de entrevista (<i>talk show</i>)	57%	33%	30%

Fonte: dados da pesquisa realizada pelos autores.

Embora a maior parte das emissoras pesquisadas tenha expressado estar ciente de seu papel de rádio pública, já é possível avaliar que, apesar de se ressentirem de investimentos e melhores condições produção, têm conseguido manter grades com principais gêneros e formatos radiofônicos, inclusive com programas inéditos em razoável período diário. Entretanto, justamente pelas deficiências de estrutura, pessoal e políticas integradoras, não têm como regra a programação diferenciada e pautada pela experimentação e inovação que se atribui como função de rádios públicas, em especial das vinculadas a instituições de ensino. Também e pelos mesmos motivos não têm conseguido avançar na complementariedade estabelecida pela Constituição para os três sistemas da radiodifusão.

RECURSOS MULTIMÍDIA

É inegável a importância da internet para os meios de comunicação tradicionais. A integração do rádio à redes digitais permite expandir o dial, além de oferecer possibilidades de novas configuração, rearranjos, conexões, interfaces que alteram o modo de operação desde a produção, distribuição e transmissão de conteúdo. Dentro da emissora, as redes digitais funcionam também como ferramentas organizativas que possibilitam centralizar conhecimento e informação com um grau elevado de flexibilidade e adaptabilidade (BIANCO, 2012).

É interessante notar que as rádios FMs perceberam essa necessidade e 89% já possuíam acesso à Internet em todas instalações em 2014. Em 11% delas, o acesso estava restrito às áreas de produção e ao estúdio no ar. No rádio AM universitário, a integração à internet seguia ritmo mais lento. Em 2014, apenas a metade delas tinha acesso a web em todas as dependências; 25% parcialmente e 25% em nenhum local.

No entanto, todas perceberam a necessidade de ter um site: em média 70% das rádios AM e FM tinham uma página ativa na web. Enquanto no FM 21% estavam em fase de instalação de um site; 25% das AMs não tinham uma página Internet. Os sites geralmente eram utilizados para transmitir a programação ao vivo e divulgar a

emissora. O uso de podcasts de programas ainda estava engatinhando nas FMs na época da pesquisa (Tabela 7).

Tabela 7 - Usos do site pelas emissoras de rádio

Usos	FM	AM
Interagir com os ouvintes (canais de interação)	63%	33%
Divulgar eventos da emissora	75%	66%
Divulgar a grade de programação da emissora	93%	100%
Transmitir programação ao vivo (streaming)	93%	66%
Disponibilizar arquivos de programas	50%	33%
Disponibilizar podcast (RSS)	25%	00%

Fonte: dados da pesquisa realizada pelos autores.

Quanto aos canais disponibilizados para interação com a audiência (contatos, recados e pedidos), no FM predominavam o telefone, o e-mail e as redes sociais – Facebook e Twitter. No AM o uso de redes sociais era restrito (33%) e o foco principal da interação com o ouvinte continuava sendo os canais tradicionais, incluindo cartas e participação presencial do ouvinte.

Nas webrádios, o site é o principal meio de interação com a audiência, onde é disponibilizada a grade de programação, podcasts, notícias, *players* para blog e espaço para comentários. Apenas 20% dessas emissoras possuíam site responsivo, com versão para celular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – MISSÃO PÚBLICA DA RÁDIO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

A pesquisa mostra que as rádios universitárias da rede de ensino público estão cientes e de acordo em relação aos conceitos e diretrizes que regem a radiodifusão pública. Observa-se que há um movimento no sentido de se aproximar dos princípios básicos que caracterizam a radiodifusão públicas definidos pela Unesco (2001): a) universalidade – ser acessível a todos os cidadãos independente de sua

posição social ou poder econômico; b) diversidade – refletir interesses públicos diversos (e divergentes) ao oferecer ampla variedade de programas no que se refere a gêneros, público e temas abordados; c) independência – operar como fórum no qual as ideias possam ser expressadas livremente, o que significa independência contra pressões financeiras, comerciais ou influência política; d) diferenciação – oferecer um serviço distinto das outras emissoras, não se limita a produzir programas para audiências negligenciadas por outra mídia ou a abordar assuntos ignorados pela mídia tradicional de informação; trata simplesmente de um modo de organizar e produzir diferente, sem exclusão de qualquer gênero.

As direções dessas rádios estão conscientes de seu papel social na formação de cidadãos, papel de disseminar e divulgar o conhecimento produzido dentro da universidade, bem como o de prestar um serviço público ao incluir na pauta informações necessárias para a vida na cidade e região.

No entanto, o reduzido orçamento, a burocracia administrativa e a falta de atualização de parte do corpo de profissionais constituem um grande entrave ao desenvolvimento dessas emissoras no sentido de cumprir sua missão pública.

No plano conceitual ainda é necessário superar a ideia de uma rádio exclusivamente institucional para assumir o papel emissora pública capaz de oferecer conteúdo diferenciado, em relação à mídia tradicional, e fortalecer os vínculos com a comunidade e não temendo exercer o seu papel de complementaridade no sistema

No plano do conteúdo, o desafio está em ser capaz de oferecer experimentação, criação de formatos e padrões e a oferta de uma alternativa de produção voltada para a cidadania e a democratização da informação e do conhecimento.

No plano institucional permitir que as instituições públicas de ensino superior mostrem claramente seu vínculo com a sociedade. A rádio pode ser um poderoso instrumento para divulgação científica das pesquisas realizadas no âmbito da universidade. Possuem potencial para sensibilizar a comunidade universitária quanto a importância dessa comunicação pública, tão necessária para a sociedade e compromisso imprescindível do fazer científico. Há, ainda, como desafio a

necessidade de incentivar a participação da sociedade civil na gestão do veículo por meio de conselhos plurais e democráticos.

No plano financeiro há muito o que fazer no sentido de dar autonomia as emissoras, permitindo que possam captar patrocínios e que o financiamento externo possa substituir, aos poucos, o obtido junto a próprio das IES. A profissionalização dessa área, indispensável, representa em si mesma um enorme obstáculo ao seu crescimento. Implica em confrontar preconceitos históricos que entendem a rádio pública alijada das relações com o mercado. Fazer divulgação de apoio cultural na emissora não significa mercantilização do conteúdo e nem abrir mão de sua missão educativa e social. A flexibilização das restrições que pesam sobre a publicidade em emissoras educativas poderia abrir uma possibilidade de conquista de autonomia financeira, sem comprometer a independência editorial. Significa confiar na responsabilidade social de seus dirigentes e profissionais no cumprimento da missão e compromisso da emissora com a qualidade do conteúdo.

No plano político, a atuação em rede poderia fortalecer o campo, dando visibilidade nacional e não apenas local. Bem como a valorização e reconhecimento dentro da própria instituição seriam ferramentas importantes de promoção dessas emissoras.

É importante colocar a radiodifusão universitária como um fator estratégico de financiamento, retirando-a do voluntarismo e da simpatia pessoal e momentânea de reitores e gestores. É possível pensar que ao incorporarem a radiodifusão como uma atividade estratégica, a comunidade universitária também deverá pensar no processo de funcionamento e administração desses meios, valorizando o seu sentido público e refinando as formas de interação com a sociedade. Por sua natureza pública, esses meios devem expressar uma sintonia fina com distintos segmentos da sociedade, especialmente com aqueles que não se veem refletidos nos conteúdos oferecidos pela mídia comercial.

Apesar dos percalços provocados no sistema de emissoras de rádio e TV educativas vinculadas às universidades e institutos federais com as mudanças do

governo de Dilma Rousseff para o de Michel Temer, em 2016; um fator que gera estranhamentos é a decisão do Ministério da Educação de jamais ter feito uso das informações e propostas geradas a partir deste estudo tão rico e necessário.

REFERÊNCIAS

BIANCO, Nelia R. D. Rádio e o cenário da convergência tecnológica. BIANCO, Nelia R. D (org). **O Rádio Brasileiro na Era da Convergência**. São Paulo: Intercom, 2012 p. 16-37.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Gabinete do ministro: portarias e despacho do Ministro, de 14 de maio de 2015. Diário Oficial da União. Brasília: Imprensa Nacional, Seção 1, p. 40-43, 15 maio 2015

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 Set. 2017. Dispõe sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa. Diário Oficial da União. Brasília: Imprensa Nacional, Seção 1, p. 80-83, 21 Set. 2015.

UNESCO. **Public Broadcasting: Why? How?**. World Radio and Television Council, 2001. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001240/124058Eo.pdf> . Acessado em em 20/Fev/2010.

UNESCO. **Radiotelevisión de servicio público: un manual de mejores prácticas**. San Jose, Costa Rica: Oficina de la UNESCO para América Central, 2006.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.